



Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF 14.507.191/0001-97

Nire 41.300.083.231

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2020

SUMÁRIO

A ACIONISTA.....	3
1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....	4
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	6
2.1. Estrutura de Governança.....	6
2.2. Integridade.....	6
2.3. Pandemia do Covid-19.....	7
3. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	9
3.1. Sistema de Transmissão.....	10
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	12
4.1. Receita Operacional Líquida Regulatória.....	12
4.2. EBITDA ou LAJIDA.....	13
4.3. Resultado Financeiro.....	13
5. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA.....	14
6. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	15
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	16
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS.....	17
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS.....	19
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - REGULATÓRIO.....	20
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - REGULATÓRIO.....	21
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - REGULATÓRIO.....	22
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	24
1 Contexto Operacional.....	24
2 Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	24
3 Principais Políticas Contábeis Regulatórias.....	26
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	29
5 Investimentos temporários.....	29
6 Consumidores, concessionárias e permissionárias.....	29
7 Tributos.....	30
8 Despesas pagas antecipadamente.....	31
9 Imobilizado.....	31
10 Intangível.....	33
11 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes.....	35
12 Fornecedores.....	35
13 Empréstimos e Financiamentos.....	35
14 Obrigações Sociais e Trabalhistas.....	37
15 Encargos Setoriais a Recolher.....	37
16 Provisões para Litígios e Passivo Contingente.....	38
17 Outros passivos circulantes e não circulantes.....	39
18 Patrimônio Líquido.....	39
19 Receita Operacional Bruta.....	39
20 Custos e Despesas Operacionais.....	40
21 Resultado Financeiro.....	41
22 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário.....	41
23 Instrumentos Financeiros.....	48
24 Transações com Partes Relacionadas.....	51
25 Seguros.....	52
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	53

A Acionista

A Administração da Costa Oeste Transmissora S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia relativas ao exercício de 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Costa Oeste (“Companhia”), instituída em outubro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou “Acionista”) como acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (“Copel” ou “Controladora”).

• Costa Oeste em Números

Em milhares de Reais	2020	2019	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	85.266	78.745	8,3
Caixa e equivalentes de caixa	4.779	6.198	(22,9)
Investimentos Temporários	1.315	1.292	1,8
Dívida total	19.240	22.195	(13,3)
Dívida líquida	13.146	14.705	(10,6)
Receita operacional bruta	13.303	11.651	14,2
Deduções da receita	957	814	17,6
Receita operacional líquida	12.346	10.837	13,9
Custos e despesas operacionais	4.679	4.605	1,6
Resultado das atividades	7.667	6.232	23,0
EBITDA ou LAJIDA	9.831	8.339	17,9
Resultado financeiro	(1.132)	(1.350)	16,1
IRPJ/CSLL	449	453	(0,9)
Lucro operacional	6.535	4.882	33,9
Lucro líquido do exercício	6.086	4.429	37,4
Patrimônio líquido	54.542	52.220	4,4
Dividendos	3.764	2.109	78,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	1,3	(38,5)
Liquidez geral (índice)	0,2	0,3	(33,3)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	79,6	76,9	3,5
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	35,3	42,5	(16,9)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	52,9	45,0	17,6
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	49,3	40,9	20,5
Participação de capital de terceiros (%)	36,0	33,7	6,8
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	11,7	8,9	31,5

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

• Referencial Estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Costa Oeste segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Copel, dos *stakeholders* e do governo paranaense. Atualmente, a Controladora está listada no Nível 1 de Governança da B3 (bolsa de valores do Brasil), atende aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Controladora cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* - SEC e da *New York Stock Exchange* - NYSE, nos Estados Unidos; e do Latibex, da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha. Os principais documentos e políticas de governança da Companhia podem ser conferidos no endereço eletrônico da Copel.

2.1. Estrutura de Governança

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Reunida.

2.2. Integridade

• Programa de Integridade

Um ano depois da promulgação da lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seu decreto nº 8.420, que definiram obrigações e previsão de sanções, a Controladora criou seu Programa de Integridade, instrumento que permite a gestão integrada dos controles internos, constituindo ambiente planejado para fornecer garantia razoável de que as autorizações e registros das transações contábeis sejam realizados adequadamente, possibilitando, dessa forma, a elaboração e a divulgação de relatórios financeiros em conformidade com as normas vigentes.

A Costa Oeste segue as diretrizes do Programa de Integridade da sua controladora, que tem objetivo de prevenir, detectar e remediar possíveis atos lesivos que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros. Suas regras são aplicáveis a todos os empregados, administradores e conselheiros.

As diretrizes para o tratamento de conflitos de interesses estão descritas nos estatutos sociais e nos regimentos internos dos órgãos estatutários, segundo a legislação aplicável, política específica e as melhores práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. A Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses indica as regras para que as transações entre partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da Costa Oeste, fundamentadas em princípios de independência, competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

• Canais de denúncia

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Costa Oeste disponibiliza canais de comunicação da Controladora, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas. São eles:

- Canal de Denúncias: gerido por empresa contratada por meio de processo licitatório, integrando um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de fortalecer a governança da Companhia. Todas as denúncias são tratadas de forma sigilosa. A Copel incentiva a realização de denúncias sobre fraudes, corrupção, descumprimento de leis, normas ou diretrizes do Código de Conduta, e demais atos ilícitos ou irregularidades que envolvam finanças, auditoria ou contabilidade. O canal garante proteção, preservação da identidade do manifestante e resposta à denúncia. Está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do endereço <https://www.copel.com/canaldedenuncias/> (nos idiomas Português e Inglês) ou, pelo telefone: 0800 643 5665.
- Conselho de Orientação Ética - COE: Órgão consultivo que aprecia e emite orientação em processos relacionados à conduta ética na Companhia, com prazo máximo de 90 dias para resposta final. Aberto aos públicos interno e externo e está disponível no endereço <https://www.copel.com/canaldedenuncias>
- Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam: atende e apoia todo empregado vítima de assédio moral em seu ambiente de trabalho. As informações são confidenciais e tanto o denunciante como o denunciado têm garantia de preservação de identidade. Aberto aos públicos interno e externo e está disponível no endereço <https://www.copel.com/canaldedenuncias>.

2.3. Pandemia do Covid-19

A alta administração da Controladora atuou de forma tempestiva diante da pandemia de Covid-19 para dar suporte e clareza à tomada de decisão e gestão da crise, de forma a garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. Para tal, estabeleceu uma Comissão de Contingência, para atuar com base em quatro pilares:

- segurança das pessoas;
- continuidade das atividades essenciais;
- monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores; e
- preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise

O objetivo é manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, mediante rígido protocolo de segurança no sentido de preservar a saúde dos profissionais; garantir acesso seguro aos locais de trabalho; manter o distanciamento necessário entre indivíduos nos ambientes; reforçar as rotinas de higiene e disponibilizar equipamentos de proteção individual.

Entre as principais iniciativas nesse sentido, estão a adoção do trabalho remoto nas áreas onde é possível, a restrição de viagens, a realização de reuniões por videoconferência, o acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos empregados e o cumprimento dos protocolos de contingência. A higienização das dependências da Companhia foi

intensificada, o álcool gel 70% disponibilizado nos mais diversos pontos e os empregados do grupo de risco foram prontamente afastados.

Além disso, a Copel passou a emitir boletins epidemiológicos com dados estatísticos do Paraná e da Companhia. Empregados com sintomas gripais ou que tiveram contato com casos suspeitos ou confirmados de coronavírus passaram a ser afastados. A equipe de enfermagem passou a registrar, monitorar e acompanhar todos os casos de empregados sintomáticos, contatos ocupacionais e empregados com confirmação de contágio. Estes últimos, assim como os com suspeita, estão sendo assistidos pelo médico do trabalho em teleconsulta. A testagem dos casos suspeitos foi disponibilizada pela Copel, por exame sorológico.

A comissão segue atuante em 2021, principalmente nas questões de saúde e segurança do trabalho relacionadas à pandemia, sem deixar de atender plenamente suas operações.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 04/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 144,76 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul com transformação 230/138 kV - 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A empresa Caiuá Transmissora de Energia S.A., por meio do Contrato de Transferência não Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67/2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste – Umuarama Sul 230 kV da Costa Oeste.

Após o Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste – Umuarama Sul 230 kV os ativos da Costa Oeste ficaram com a seguinte configuração:

- Uma Entrada de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Oeste da Copel GeT, no município de Cascavel - PR;
- Duas Entradas de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Norte da SPE Caiuá, no município de Cascavel - PR;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 29,60 km de extensão que interliga a Subestação Cascavel Norte com a Subestação Cascavel Oeste, com 64 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando pelos municípios de Cascavel e Santa Tereza do Oeste;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 129,76 km de extensão que interliga a subestação Cascavel Norte com a Subestação Umuarama Sul, com 303 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando por 9 municípios da região;
- Subestação Umuarama Sul de 230/138kV com 02 Transformadores trifásicos de 150 MVA, situada no município de Umuarama - PR.

Este empreendimento entrou em operação comercial em agosto de 2014, com investimentos na ordem de R\$ 82,5 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida – RAP previstas no Contrato de Concessão nº 001/2012, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em 2018 foi celebrado Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a Copel Geração e Transmissão S.A. e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., a Marumbi Transmissora de Energia S.A. e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas S.A para a Copel Geração e Transmissão S.A, ficando esta com 100% das ações da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

3.1. Sistema de Transmissão

O sistema elétrico da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, em agosto de 2014, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012.

Reforços nas instalações:

- Foram instaladas duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul através de parecer de acesso obtido da Aneel pela Copel Distribuição S.A.
- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 7.172/2018, autorizando a Companhia a implantar reforços nas demais instalações de transmissão de energia elétrica - DIT, sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 01 (um) Banco de Capacitores em 138 kV, 30 MVAr, Substituição do Disjuntor de Interconexão de Barras e Conexões, na Subestação Umuarama Sul e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 0,8 milhões.
- A implantação do Banco de Capacitores 138kV – 30MVAr foi concluída em setembro de 2020, sendo que o referido reforço entrou em operação comercial na data de 15.09.2020.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				160	300		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	100,0%						
Contrato nº 001/2011 LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste		CS	230kV	30			
Contrato nº 001/2012 LT Cascavel Norte - Umuarama Sul		CS	230 kV	130	-	31.08.2014	12.01.2042
SE Umuarama		-	230/138 kV	-	300	27.07.2014	
Total				160	300		

As concessões de transmissão em operação em 31.12.2020 geram atualmente uma RAP à Costa Oeste de R\$ 12,8 milhões.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias		12.782	12.782			
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.						
Contrato nº 001/2012 LT Cascavel Oeste - Umuarama Sul	100%	12.782	12.782	não aplicável	Julho	IPCA
SE Umuarama						
Total		12.782	12.782			

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

RAP Realizada e Esperada

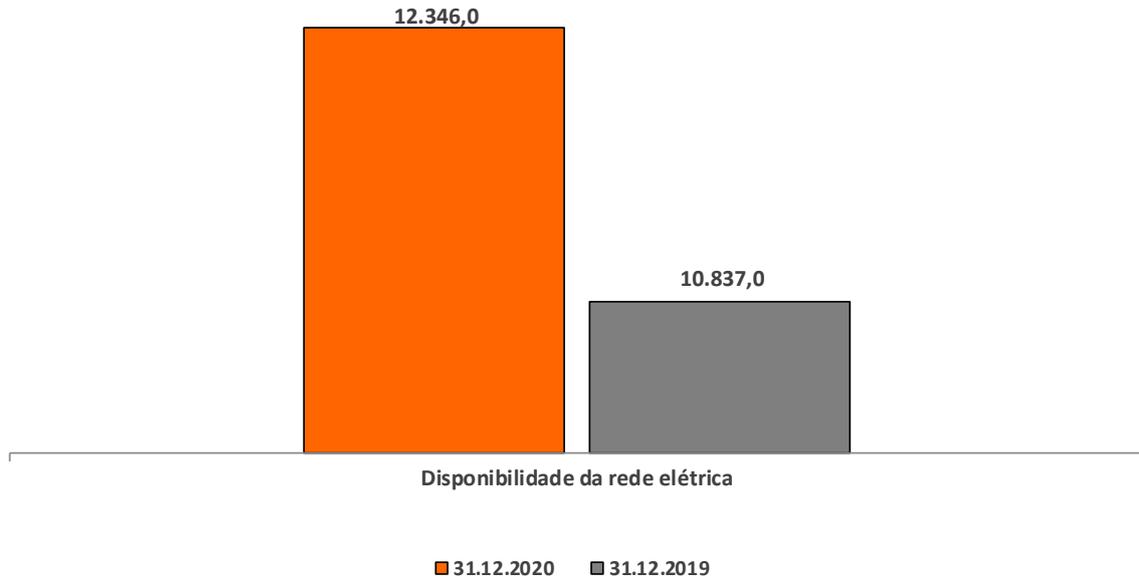
Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Integral	12.545	12.782	12.782	12.782	12.782	12.782	12.782
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2012 - 100,0%	12.545	12.782	12.782	12.782	12.782	12.782	12.782
TOTAL	12.545	12.782	12.782	12.782	12.782	12.782	12.782

* Valores correntes nominais até 2019. A partir de 2020, inclusive, são sem inflação à moeda de 31/dez/2019.

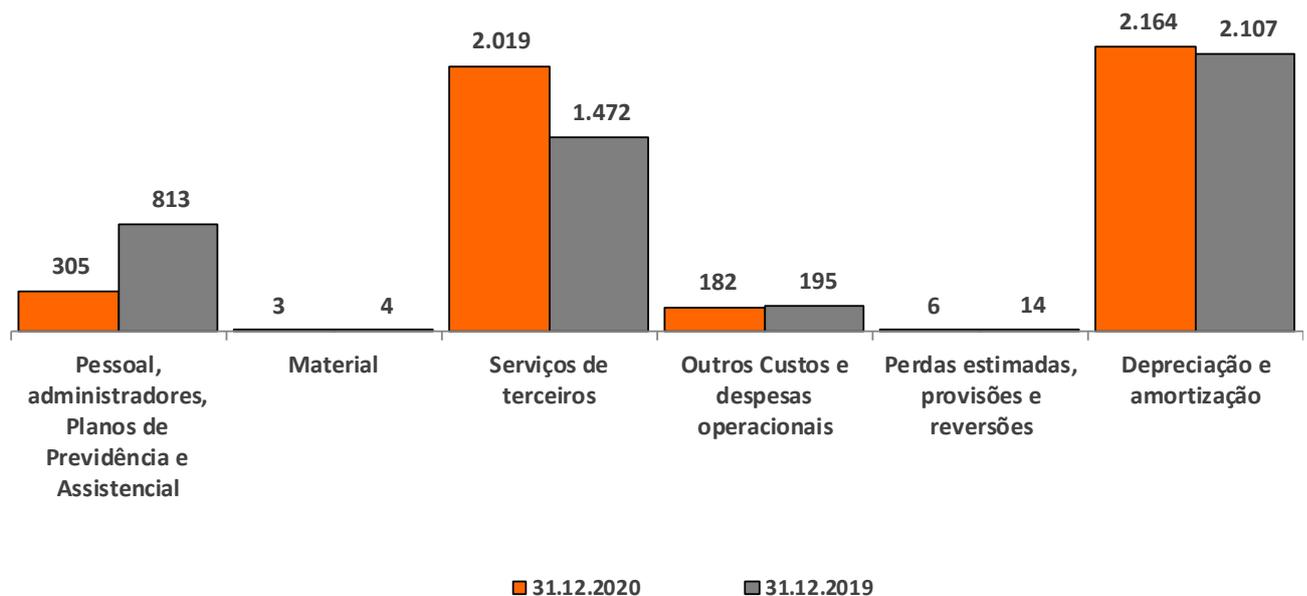
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida Regulatória

Em 2020, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 1.509,0 mil, representando 13,9% de aumento em relação a 2019:



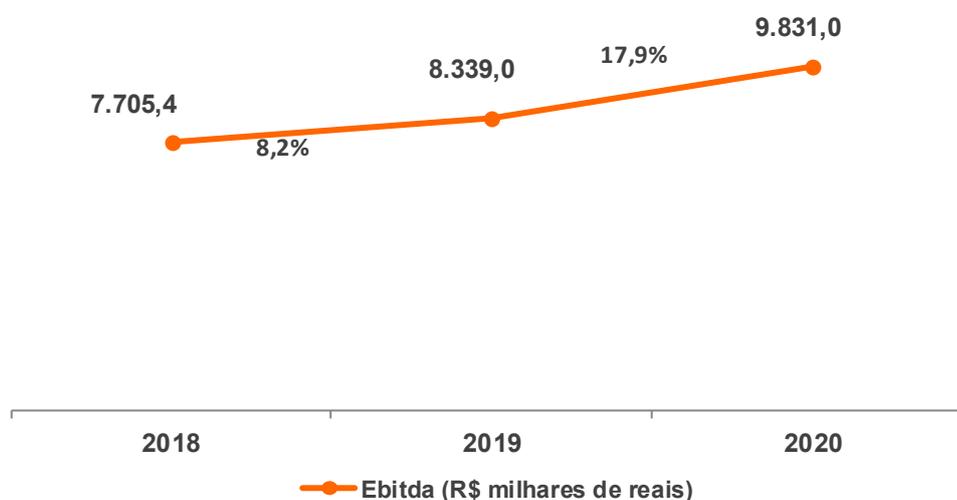
Em 2020, os Custos e Despesas Operacionais tiveram acréscimo de R\$ 74,0 mil, representando 1,6% de aumento em relação a 2019:



4.2. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2020	2019	2018
Lucro líquido	6.086,0	4.429,0	3.567,4
Despesas com tributos sobre os lucros	449,0	453,0	429,0
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	1.132,0	1.350,0	1.612,0
Lajir/Ebit	7.667,0	6.232,0	5.608,4
Depreciação e Amortização	2.164,0	2.107,0	2.097,0
Lajida/Ebitda	9.831,0	8.339,0	7.705,4
Receita Operacional Líquida - ROL	12.346,0	10.837,0	10.028,4
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	79,6%	76,9%	76,8%

O Ebitda da Companhia em 2020 foi de R\$ 9.831,0, apresentando acréscimo de R\$ 1.492,0 ou 17,9% em relação a 2019.



4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 218,0 devido principalmente à redução de despesa financeira com variação monetária e encargos da dívida.

5. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A Costa Oeste se compromete com as principais iniciativas mundiais de sustentabilidade e às práticas de mercado, atrelando-as à sua gestão e estratégia. Tais práticas são desenvolvidas conforme a Política de Sustentabilidade da Controladora, cujas diretrizes ultrapassam as atividades internas e se estendem ao incentivo à atuação sustentável também de fornecedores e em prol da comunidade. O documento foi elaborado por profissionais das áreas de sustentabilidade, meio ambiente, responsabilidade social, integridade corporativa, inovação, financeira e de gestão, nos princípios de governança corporativa e nos valores e princípios do Código de Conduta da Copel. A política é revisada e atualizada a cada dois anos.

Para prestar contas, orientar o engajamento com as partes interessadas e relatar seu desempenho, a Costa Oeste adota, através da sua Controladora:

- Global Reporting Initiative - GRI: a Copel publica relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI desde 2005, visando a fornecer informações transparentes sobre sua gestão e seu desempenho nos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade dos negócios, por meio de indicadores consistentes e comparáveis.
- Relato Integrado, do International Integrated Reporting Council - IIRC: em 2015, a Copel deu início ao movimento de adaptação de seu reporte à metodologia do Relato Integrado.
- Greenhouse Gas Protocol - GHG Protocol: desde 2008, a Copel publica o inventário de emissões de gases de efeito estufa seguindo os padrões dessa iniciativa global. A partir de 2012, o inventário passou a ser verificado por terceira parte.
- Carbon Disclosure Project - CDP: por meio dessa plataforma, desde 2010 são relatadas as emissões de gases de efeito estufa, práticas de gestão e estratégias frente às mudanças climáticas.

Outras informações sobre a postura da Companhia frente ao tema podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel, disponibilizado anualmente no endereço www.copel.com/hpcweb/sustentabilidade-empresarial/relato-integrado.

6. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
MARCIO LUIS BLOOT
CRISTINA KAKAWA
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Suplente ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
Titular EDSON JOSÉ MARCOLIN
Suplente LILIAN RENATA DE ANDRADE
Titular LUIZ HENRIQUE DE MELLO
Suplente ALFONSO SCHMITT
Titular NILBERTO LANGE JUNIOR
Suplente DARIO JACKSON SCHULTZ
Titular ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO
Suplente ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo THADEU CARNEIRO DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES



Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF 14.507.191/0001-97

Nire 41.300.083.231

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2020

Balancos Patrimoniais Regulatórios

levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.779	6.198
Concessionárias e permissionárias	6	1.249	1.257
Serviços em curso		78	-
Tributos compensáveis	7	20	19
Despesas pagas antecipadamente	8	17	7
Outros ativos circulantes	11	8	31
TOTAL DO CIRCULANTE		6.151	7.512
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Serviços em curso		170	-
Investimentos temporários	5	1.315	1.292
		1.485	1.292
Imobilizado	9	64.343	58.127
Intangível	10	13.287	11.814
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		79.115	71.233
TOTAL DO ATIVO		85.266	78.745

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Balancos Patrimoniais Regulatórios

levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	823	342
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.995	3.006
Obrigações sociais e trabalhistas	14	-	19
Tributos	7	145	151
Dividendos declarados	18.3	3.764	2.109
Encargos setoriais	15	135	35
Outros passivos circulantes	17	78	39
TOTAL DO CIRCULANTE		7.940	5.701
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	16.245	19.189
Provisão para litígios	16	1.461	1.313
Encargos setoriais	15	261	292
Tributos diferidos	7	40	30
Obrigações vinculadas à concessão e permissão		4.777	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		22.784	20.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	18	46.850	46.850
Reservas de lucros		7.692	5.370
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.542	52.220
TOTAL DO PASSIVO		85.266	78.745

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Demonstrações de Resultados Regulatórios

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA			
Disponibilização do sistema de transmissão	19	13.303	11.651
		13.303	11.651
Tributos			
Pis/Pasep		(86)	(75)
Cofins		(399)	(350)
		(485)	(425)
Encargos			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	19.1	(123)	(109)
Reserva global de reversão - RGR	19.1	(300)	(238)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	19.1	(49)	(42)
		(472)	(389)
RECEITA LÍQUIDA	19	12.346	10.837
CUSTOS GERENCIÁVEIS			
Pessoal e administradores	20.1	(305)	(813)
Material		(3)	(4)
Serviços de terceiros	20.2	(2.019)	(1.472)
Arrendamentos e aluguéis		(20)	(33)
Seguros		(76)	(42)
Doações, contribuições e subvenções		-	(7)
Perdas estimadas, provisões e reversões	20.3	(6)	(14)
Tributos		(29)	(83)
Depreciação e amortização		(2.164)	(2.107)
Gastos diversos		(57)	(30)
	20	(4.679)	(4.605)
RESULTADO DA ATIVIDADE		7.667	6.232
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	21	(1.318)	(1.760)
Receitas financeiras	21	186	410
		(1.132)	(1.350)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		6.535	4.882
Despesas com tributos sobre os lucros		(449)	(453)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.086	4.429

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Demonstrações de Resultados Abrangentes - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.086	4.429
Outros resultados abrangentes			
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		6.086	4.429

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2019		46.850	2.177	873	-	49.900
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.429	4.429
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	18.2	-	444	-	(444)	-
Dividendos	18.3	-	-	-	(2.109)	(2.109)
Reserva de retenção de lucros	18.2	-	-	1.876	(1.876)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		46.850	2.621	2.749	-	52.220
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.086	6.086
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	18.2	-	792	-	(792)	-
Dividendos	18.3	-	-	-	(3.764)	(3.764)
Reserva de retenção de lucros	18.2	-	-	1.530	(1.530)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		46.850	3.413	4.279	-	54.542

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		6.086	4.429
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação do imobilizado		2.162	2.111
Imposto de renda e contribuição social	7.3	449	453
Juros e variações monetárias		1.314	1.745
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	20.3	6	14
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	15.3	123	109
Resultado das baixas de imobilizado	9	-	1
Resultado das baixas de intangível	10	-	422
		10.140	9.284
Redução (aumento) dos ativos			
Concessionárias e permissionárias		2	(242)
Serviços em curso		(248)	-
Tributos compensáveis		(1)	(1)
Despesas pagas antecipadamente		(10)	-
Outros ativos		23	(30)
		(234)	(273)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		481	207
Obrigações sociais e trabalhistas		(19)	1
Tributos		(27)	28
Provisão para litígios		148	-
Encargos setoriais		(60)	(98)
Outros passivos		39	26
		562	164
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		10.468	9.175
Encargos de dívidas pagos	13.1.2	(1.319)	(1.674)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(418)	(488)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.731	7.013

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Regulatório

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (continuação)
em milhares de reais

(continuação)

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9	(3.593)	(257)
Aquisições de intangível		(1.481)	(899)
Investimentos temporários		(23)	(46)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(5.097)	(1.202)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos pagos	13.1.2	(2.944)	(2.943)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(2.109)	(1.861)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.053)	(4.804)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		(1.419)	1.007
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4	6.198	5.191
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4	4.779	6.198
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		(1.419)	1.007

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 11.01.2042.

2 Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pelas aplicações diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A emissão das demonstrações financeiras societárias e das demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 09.04.2021 e em 30.04.2021, respectivamente.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas na NE nº 3.1 – Instrumentos Financeiros

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs n^{os} 3.2 e 9 - Imobilizado;
- NEs n^{os} 3.3 e 10 - Intangível;
- NEs n^{os} 3.5 e 16 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.6.1 - Receita não faturada;
- NE nº 6.1 - Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa;
- NE nº 7.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Costa Oeste possui a concessão para a transmissão de energia até 2042 e, portanto, a Administração considera inexistentes quaisquer riscos quanto à continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

3 Principais Políticas Contábeis Regulatórias

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas pela Companhia e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Intangível

Integram esse ativo, Servidões de passagem e os softwares adquiridos de terceiros e os gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos

3.4.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial

do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

3.5 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.6 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.6.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	1.255	790
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.524	5.408
	4.779	6.198

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96% a 98,30% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Investimentos temporários

Categoria	Indexador	31.12.2020	31.12.2019
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	1.315	1.292
		1.315	1.292
	Circulante	-	-
	Não circulante	1.315	1.292

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.□

6 Consumidores, concessionárias e permissionárias

Descrição - R\$ mil	VALORES CORRENTES							TOTAL 2020	TOTAL 2019
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60	Mais de	Até 90	De 91 à	De 181 à	Mais de	PECLD		
	dias	60 dias	dias	180 dias	360 dias	360 dias	(NE nº 6.1)		
Concessionárias e permissionárias	1.232	-	10	1	4	47	(45)	1.249	1.257
Encargos de uso da rede elétrica	1.232	-	10	1	4	47	(45)	1.249	1.257
TOTAL	1.232	-	10	1	4	47	(45)	1.249	1.257
							Circulante	1.249	1.257
							Não circulante	-	-

6.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD são reconhecidas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

	Saldo em 1º.01.2019	Adições	Saldo em 31.12.2019	Adições	Saldo em 31.12.2020
Concessionárias e permissionárias					
Concessionárias e permissionárias	25	14	39	6	45
	25	14	39	6	45

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os avisos de créditos - AVCs relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

As perdas de créditos esperadas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

7 Tributos

7.1 Tributos compensáveis e a recolher

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		
IR e CSLL a compensar	20	19
	20	19
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	39	38
IR e CSLL a recolher	97	76
INSS e FGTS a recolher	-	25
Outros tributos	9	12
	145	151

A Companhia adota o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL. A base de cálculo considera o faturamento regulatório registrado pela Companhia.

7.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, os quais são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

7.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2020
(-) Passivo não circulante					
Provisão de rendimentos de aplicações financeiras	24	6	30	10	40
	24	6	30	10	40
Líquido	(24)	(6)	(30)	(10)	(40)

7.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.535	4.882
IRPJ e CSLL (34%)	(2.222)	(1.660)
Efeitos fiscais sobre:		
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	1.773	1.207
IRPJ e CSLL correntes	(441)	(444)
IRPJ e CSLL diferidos	(8)	(9)
Alíquota efetiva - %	6,9%	9,3%

8 Despesas pagas antecipadamente

	31.12.2020	31.12.2019
Prêmios de Seguros	17	7
	17	7
	Circulante	17
	Não circulante	-

9 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e para transmissão de energia elétrica.

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,14%	77.936	(13.597)	64.339	57.864
Administração	18,61%	30	(26)	4	6
		77.966	(13.623)	64.343	57.870
Em Curso					
Transmissão		-	-	-	257
		-	-	-	257
		77.966	(13.623)	64.343	58.127

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2020	Valor Líquido em 31.12.2019	Obrigações Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão	69.220	-	8.716	77.936	8.716	(13.597)	64.339	57.864	(4.866)	89	(4.777)
Terrenos	1.055	-	-	1.055	-	-	1.055	1.055	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.849	-	-	3.849	-	(825)	3.024	3.152	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	64.308	-	8.716	73.024	8.716	(12.769)	60.255	53.652	(4.866)	89	(4.777)
Móveis e Utensílios	8	-	-	8	-	(3)	5	5	-	-	-
Administração	30	-	-	30	-	(26)	4	6	-	-	-
Móveis e Utensílios	30	-	-	30	-	(26)	4	6	-	-	-
Subtotal	69.250	-	8.716	77.966	8.716	(13.623)	64.343	57.870	(4.866)	89	(4.777)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31.12.2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2020	Valor Líquido em 31.12.2019	Obrigações Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Transmissão	257	8.459	(8.716)	-	(257)	-	-	257	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	257	8.459	(8.716)	-	(257)	-	-	257	-	-	-
Subtotal	257	8.459	(8.716)	-	(257)	-	-	257	-	-	-

Total do Ativo Imobilizado	69.507	8.459	-	77.966	8.459	(13.623)	64.343	58.127	(4.866)	89	(4.777)
-----------------------------------	---------------	--------------	---	---------------	--------------	-----------------	---------------	---------------	----------------	-----------	----------------

9.1 Adições ao Ativo Imobilizado em Curso

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total (a)
Máquinas e Equipamentos	2.415	1.949		-	4.364
Total das Adições	2.415	1.949	-	-	4.364

9.2 Dez principais Adições (pelo valor) ao imobilizado em serviço

Descrição do bem	em R\$ mil
1. BANCO DE CAPACITORES PARALELOS	1.107
2. ESTRUTURA DE SUPORTE PARA EQUIPAMENTO CONCRETO	464
3. Condutor	313
4. CONDUTOR	313
5. PAINEL PROTECAO	242
6. PAINEL PROTECAO	242
7. PAINEL PROTECAO	242
8. PAINEL PROTECAO	242
9. Torre	212
10. SECCIONADORA 138KV<X<=145KV 1800A<X<=2000A TRIFASI	195

9.3 Dez principais Adições (pelo valor) de obrigações especiais

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Transf. Ñ Onerosa SE CEL NO_CST	2.012
2. Transf. Ñ Onerosa LT CEL NO-CVO_CST	1.770
3. Transf Ñ Onerosa Servidão CEL NO-CVO_CST	772
4. Transf. Ñ Onerosa LT CEL NO-UMU_CST	312

9.4 Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Transmissão	
Equipamento geral	6,25%
Condutor do Sistema	2,70%
Estrutura do Sistema	2,70%
Administração central	
Equipamento Geral	10,00%
Equipamento Geral de Informática	20,00%

10 Intangível

A composição e mutação do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31.12.2020	Valor Líquido em 31.12.2019
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão	9.226	-	772	9.998	772	-	9.998	9.226
Servidões	9.226	-	772	9.998	772	-	9.998	9.226
Administração	15	-	45	60	45	(8)	52	15
Softwares	15	-	45	60	45	(8)	52	15
Subtotal	9.241	-	817	10.058	817	(8)	10.050	9.241
Ativo Intangível em Curso								
Transmissão	2.528	1.481	(772)	3.237	709	-	3.237	2.528
Servidões	1.313	1.475	(772)	2.016	703	-	2.016	1.313
Outros	1.215	6	-	1.221	6	-	1.221	1.215
Administração	45	-	(45)	-	(45)	-	-	45
Softwares	45	-	(45)	-	(45)	-	-	45
Subtotal	2.573	1.481	(817)	3.237	664	-	3.237	2.573
Total do Ativo Intangível	11.814	1.481	-	13.295	1.481	(8)	13.287	11.814

11 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamentos a empregados	-	2
Outros ativos circulantes	8	29
	8	31
Circulante	8	31
Não Circulante	-	-

12 Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
Materiais e serviços	823	342
	823	342
Circulante	823	342
Não circulante	-	-

13 Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	51	2.943	16.245	19.240			
Bndes - Costa Oeste	48	2.146	14.851	17.046	Sim	03.12.2013	Recebíveis
Bndes - Costa Oeste	3	797	1.394	2.194	Sim	03.12.2013	Recebíveis

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional							
Bndes - Costa Oeste	TJLP	1,95%	15/01/2021	Mensal	15/01/2021	30/11/2028	Mensal
Bndes - Costa Oeste	Não há	3,50%	15/01/2021	Mensal	15/01/2021	30/09/2023	Mensal

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
		2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional		2.944	2.745	2.147	2.147	2.147	4.115	16.245
Bndes - Costa Oeste	SAC	2.147	2.147	2.147	2.147	2.147	4.115	14.851
Bndes - Costa Oeste	SAC	797	598	-	-	-	-	1.394

13.1 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2020	31.12.2019	
BNDES									
13212221 - A	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% acima da TJLP	27.634	17.046	19.203	
13212221 - B	03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,50 %	9.086	2.194	2.992	
							19.240	22.195	
							Circulante	2.995	3.006
							Não circulante	16.245	19.189

Destinação: Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação subestação Umuarama Sul.

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.

13.1.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2020	Total
2022	2.944
2023	2.745
2024	2.147
2025	2.147
2026	2.147
Após 2026	4.115
	16.245

13.1.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2019	25.080
Encargos e Variação Monetária	1.732
Amortização - principal	(2.943)
Pagamento - encargos	(1.674)
Em 31.12.2019	22.195
Encargos e Variação Monetária	1.308
Amortização - principal	(2.944)
Pagamento - encargos	(1.319)
Em 31.12.2020	19.240

13.1.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3. Em 31.12.2020, a Companhia atendeu ao índice, conforme demonstrado a seguir:

Cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES		31.12.2020
(a) Geração de Caixa da Atividade		16.151
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior		6.198
(+) Ebitda ajustado		10.394
(-) Pagamento de Imposto de Renda		(283)
(-) Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido		(158)
(b) Serviço da Dívida		4.263
(+) Amortização de Principal		2.944
(+) Amortização de juros		1.319
ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a ÷ b)		3,79

Cálculo do Ebitda ajustado		31.12.2020
(+/-) Lucro antes do Imposto de Renda		16.852
(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo		1.132
(+) Depreciações e Amortizações		11
(-) Margem de Construção (Receita de Construção - Custo de Construção)		(3.628)
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão (juros efetivos)		(15.942)
(-) Receita para a cobertura dos gastos c/ O&M nas atividades de transmissão		(1.898)
(+) Receita Anual Permitida do Exercício - RAP (menos deduções da RAP)		13.303
(+/-) Outros Ajustes IFRS		564
Ebitda ajustado		10.394

14 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2020	31.12.2019
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	-	6
	-	6
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	-	13
	-	13
	-	19

15 Encargos Setoriais a Recolher

	31.12.2020	31.12.2019
Reserva global de reversão - RGR	31	18
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (15.2)	361	305
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	4	4
	396	327
	Circulante	135
	Não circulante	261
		35
		292

15.1 Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

15.2 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	8	-	8	8
MME	-	4	-	4	4
P&D	-	-	349	349	293
	-	12	349	361	305
			Circulante	99	13
			Não circulante	262	292

15.3 Mutações dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2019	6	3	236	245
Constituições	43	22	44	109
Juros Selic	-	-	13	13
Recolhimentos	(41)	(21)	-	(62)
Em 31.12.2019	8	4	293	305
Constituições	49	24	50	123
Juros Selic	-	-	6	6
Recolhimentos	(49)	(24)	-	(73)
Em 31.12.2020	8	4	349	361

16 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Em 31.12.2020 o saldo de Provisões para litígios de R\$ 1.461 (R\$ 1.313 em 31.12.2019) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2020 a Companhia não possui passivos contingentes.

17 Outros passivos circulantes e não circulantes

	31.12.2020	31.12.2019
Compartilhamento com empresas do grupo	77	39
Outras obrigações	1	-
	78	39
Circulante	78	39
Não circulante	-	-

18 Patrimônio Líquido

18.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2020, no valor de R\$ 46.850 (R\$ 46.850 em 31.12.2019) é composto por 46.850.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel GeT.

18.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

18.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2020	31.12.2019
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício - regulatório	6.086	4.429
Efeito dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória (NE nº 22)	9.761	4.449
Lucro líquido do exercício - societário	15.847	8.878
Reserva legal (5%)	(792)	(444)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	15.055	8.434
(2) Dividendos propostos (25%)	3.764	2.109

19 Receita Operacional Bruta

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	Encargos setoriais (19.1)	Receita Líquida 31.12.2020
Disponibilidade da rede elétrica	13.303	(485)	(472)	12.346
	13.303	(485)	(472)	12.346

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	Encargos setoriais (19.1)	Receita Líquida 31.12.2019
Disponibilidade da rede elétrica	11.651	(425)	(389)	10.837
	11.651	(425)	(389)	10.837

19.1 Encargos Setoriais

	31.12.2020	31.12.2019
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	123	109
Reserva global de reversão - RGR	300	238
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	49	42
	472	389

20 Custos e Despesas Operacionais

	31.12.2020	31.12.2019
CUSTOS GERENCIÁVEIS		
Pessoal e administradores (20.1)	(305)	(813)
Material	(3)	(4)
Serviços de terceiros (20.2)	(2.019)	(1.472)
Arrendamentos e aluguéis	(20)	(33)
Seguros	(76)	(42)
Doações, contribuições e subvenções	-	(7)
Perdas estimadas, provisões e reversões (20.3)	(6)	(14)
Tributos	(29)	(83)
Depreciação e amortização	(2.164)	(2.107)
Gastos diversos	(57)	(30)
	(4.679)	(4.605)

20.1 Pessoal e administradores

	31.12.2020	31.12.2019
Pessoal		
Remunerações	123	98
Encargos sociais	40	33
	163	131
Administradores		
Honorários	107	565
Encargos sociais	25	109
	132	674
Plano de Benefício Assistencial	10	8
	305	813

20.2 Serviços de terceiros

	31.12.2020	31.12.2019
Manutenção do sistema elétrico	1.815	1.169
Manutenção de instalações	8	14
Comunicação, processamento e transmissão de dados	55	28
Consultoria e auditoria	70	13
Outros serviços	71	248
	2.019	1.472

20.3 Perdas estimadas, provisões e reversões

	31.12.2020	31.12.2019
PECLD (Clientes e Outros créditos)	6	14
	6	14

21 Resultado Financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	177	347
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	3	10
Atualização depósitos judiciais	6	53
	186	410
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	1.308	1.733
Juros sobre P&D	6	13
Juros e multas moratórias fiscais	1	1
Outras despesas financeiras	3	13
	1.318	1.760
Líquido	(1.132)	(1.350)

22 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

ATIVO	Nota de Ajuste	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		4.779	-	4.779	6.198	-	6.198
Concessionárias e permissionárias		1.249	-	1.249	1.257	-	1.257
Serviços em curso		78	-	78	-	-	-
Tributos compensáveis		20	-	20	19	-	19
Despesas pagas antecipadamente		17	-	17	7	-	7
Outros ativos circulantes	1.1	8	1.964	1.972	31	4.446	4.477
TOTAL DO CIRCULANTE		6.151	1.964	8.115	7.512	4.446	11.958
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Serviços em curso		170	(0)	170	-	-	-
Investimentos temporários		1.315	(0)	1.315	1.292	-	1.292
Outros ativos não circulantes	1.2	-	110.676	110.676	-	95.002	95.002
		1.485	110.676	112.161	1.292	95.002	96.294
Imobilizado	1.3	64.343	(64.339)	4	58.127	(58.121)	6
Intangível	1.3	13.287	(13.236)	51	11.814	(11.800)	14
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		79.115	33.101	112.216	71.233	25.081	96.314
TOTAL DO ATIVO		85.266	35.065	120.331	78.745	29.527	108.272

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

PASSIVO	Nota de Ajuste	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		823	-	823	342	-	342
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2.995	-	2.995	3.006	-	3.006
Obrigações sociais e trabalhistas	1.4	-	-	-	19	8	27
Tributos	1.4	145	-	145	151	(8)	143
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		3.764	-	3.764	2.109	-	2.109
Encargos setoriais	1.5	135	(4)	131	35	(4)	31
Outros passivos circulantes	1.5	78	4	82	39	4	43
TOTAL DO CIRCULANTE		7.940	-	7.940	5.701	-	5.701
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		16.245	-	16.245	19.189	-	19.189
Provisão para litígios		1.461	-	1.461	1.313	-	1.313
Encargos setoriais		261	-	261	292	-	292
Tributos diferidos	1.6	40	3.582	3.622	30	3.028	3.058
Obrigações vinculadas à concessão e permissão	1.7	4.777	(4.777)	-	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		22.784	(1.195)	21.589	20.824	3.028	23.852
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social		46.850	-	46.850	46.850	-	46.850
Reservas de lucros	1.8	7.692	36.260	43.952	5.370	26.499	31.869
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.542	36.260	90.802	52.220	26.499	78.719
TOTAL DO PASSIVO		85.266	35.065	120.331	78.745	29.527	108.272

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

	Nota de Ajuste	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA							
Disponibilização do sistema de transmissão	2.1	13.303	4.535	17.838	11.651	3.005	14.656
Outras receitas	2.2	-	8.545	8.545	-	294	294
		13.303	13.080	26.383	11.651	3.299	14.950
Tributos							
Pis/Pasep		(86)	-	(86)	(75)	-	(75)
Cofins		(399)	-	(399)	(350)	-	(350)
		(485)	-	(485)	(425)	-	(425)
Encargos							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(123)	-	(123)	(109)	-	(109)
Reserva global de reversão - RGR		(300)	-	(300)	(238)	-	(238)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.3	(49)	49	-	(42)	42	-
		(472)	49	(423)	(389)	42	(347)
RECEITA LÍQUIDA		12.346	13.129	25.475	10.837	3.341	14.178
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		12.346	13.129	25.475	10.837	3.341	14.178

Continua...

Continuação

	Nota de Ajuste	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CUSTOS GERENCIÁVEIS							
Pessoal e administradores		(305)	-	(305)	(813)	-	(813)
Material		(3)	-	(3)	(4)	-	(4)
Serviços de terceiros		(2.019)	-	(2.019)	(1.472)	-	(1.472)
Arrendamentos e aluguéis		(20)	-	(20)	(33)	-	(33)
Seguros		(76)	-	(76)	(42)	-	(42)
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	(7)	-	(7)
Perdas estimadas, provisões e reversões	2.4	(6)	-	(6)	(14)	(188)	(202)
Tributos		(29)	-	(29)	(83)	-	(83)
Depreciação e amortização	2.5	(2.164)	2.153	(11)	(2.107)	2.105	(2)
Gastos diversos	2.6	(57)	(4.965)	(5.022)	(30)	(739)	(769)
		(4.679)	(2.812)	(7.491)	(4.605)	1.178	(3.427)
RESULTADO DA ATIVIDADE		7.667	10.317	17.984	6.232	4.519	10.751
RESULTADO FINANCEIRO							
Despesas financeiras	2.7	(1.318)	-	(1.318)	(1.760)	12	(1.748)
Receitas financeiras		186	-	186	410	-	410
		(1.132)	-	(1.132)	(1.350)	12	(1.338)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		6.535	10.317	16.852	4.882	4.531	9.412
Despesas com tributos sobre os lucros	2.8	(449)	(556)	(1.005)	(453)	(82)	(535)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.086	9.761	15.847	4.429	4.449	8.878

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

22.1 Detalhamento dos ajustes de práticas contábeis

22.1.1 Balço Patrimonial

- 1.1. O valor de R\$ 1.964 refere-se ao Ativo de Contrato da Transmissão registrado no curto prazo no balanço societário e no imobilizado/intangível no balanço regulatório;
- 1.2. O valor de R\$ 110.676 refere-se ao Ativo de Contrato da Transmissão registrado no longo prazo no balanço societário e no imobilizado/Intangível no balanço regulatório;
- 1.3. Refere-se ao Imobilizado/Intangível reclassificado para Ativo de Contrato tanto para Curto Prazo como para Longo Prazo;
- 1.4. Refere-se ao saldo a pagar de INSS sobre a folha de pagamento e FGTS contabilizados em Obrigações Sociais e Trabalhistas na contabilidade societária, sem efeito em 2020;
- 1.5. Refere-se ao saldo a pagar de Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) contabilizados em Outras Contas a Pagar na contabilidade societária;
- 1.6. Refere-se a tributos diferidos proveniente das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória;
- 1.7. Refere-se a saldo das obrigações especiais que são tratados na contabilidade societária como redutoras dos grupos Imobilizado e Contas a Receber vinculadas a Concessão;
- 1.8. Reflexo acumulado em Reserva de Lucros referente as diferenças de praticas contábeis societárias e regulatórias.

22.1.2 Demonstração de Resultado

- 2.1. Refere-se ao reconhecimento na contabilidade societária da remuneração do Ativo de Contrato de Transmissão menos a RAP reconhecida na fase de construção efeitos esses não reconhecidos na contabilidade regulatória;
- 2.2. Refere-se ao valor da Receita de Construção do Ativo de Contrato da Transmissão reconhecida na contabilidade societária não reconhecida na contabilidade regulatória;
- 2.3. Refere-se a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).
- 2.4. Refere-se a diferença no valor das baixas ocorridas entre a contabilidade regulatória e societária.
- 2.5. Refere-se a depreciação dos ativo imobilizado não reconhecidos na contabilidade societária.
- 2.6. Refere-se ao Custo de Construção reconhecido na contabilidade societária, e aos valores TFSEE reconhecidos como dedução de receita bruta na contabilidade regulatória;
- 2.7. Refere-se a despesa com tarifas bancárias que foram classificadas como despesas financeiras na contabilidade regulatória e como gastos diversos na contabilidade societária, sem efeito em 2020;
- 2.8. Refere-se aos tributos diferidos pela diferença de resultado entre a contabilidade societária e contabilidade regulatória.

22.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido conforme contabilidade societária	15.847	8.878
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Na Receita		
Receita de Construção	(8.545)	(294)
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - ICPC 01	(4.535)	(3.005)
Nos Custos e Despesas		
Despesa de construção	4.916	702
Depreciação e amortização - transmissão	(2.153)	(2.105)
Perdas na desativação de bens	-	183
Outras despesas financeiras	-	(12)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	556	82
Lucro líquido regulatório	6.086	4.429

22.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio líquido societário	90.802	78.719
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Remensuração do ativo financeiro e demais ajustes de Transmissão	(39.842)	(29.527)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	3.582	3.028
Patrimônio líquido regulatório	54.542	52.220

23 Instrumentos Financeiros

23.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2020		31.12.2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	4.779	4.779	6.198	6.198
Investimentos Temporários (b)	5	2	1.315	1.315	1.292	1.292
			6.094	6.094	7.490	7.490
Custo Amortizado						
Consumidores, concessionárias e permissionárias (a)	6	1	1.249	1.249	1.257	1.257
			1.249	1.249	1.257	1.257
Total dos ativos financeiros			7.343	7.343	8.747	8.747
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	12	1	823	823	342	342
Empréstimos e financiamentos (c)	13	2	19.240	17.969	22.195	23.264
Total dos passivos financeiros			20.063	18.792	22.537	23.606

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel e/ou suas subsidiárias, de IPCA + Spread de 4,8165%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

23.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

23.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.779	6.198
Investimentos temporários (b)	1.315	1.292
Consumidores, concessionárias e permissionárias (a)	1.249	1.257
	7.343	8.747

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento

de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança.

23.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2025, repetem-se os indicadores de 2024 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2020							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 13	343	679	3.021	12.816	6.854	23.713
Fornecedores		802		21			823
		1.145	679	3.042	12.816	6.854	24.536

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

23.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores CDI/Selic, em 4,00%, e TJLP em 4,98%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen e em projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2020	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Investimentos temporários (a)	Baixa CDI	1.315	53	39	26
		1.315	53	39	26
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(19.240)	(958)	(1.198)	(1.437)
		(19.240)	(958)	(1.198)	(1.437)

23.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	19.240	22.195
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4.779	6.198
(-) Investimentos Temporários	1.315	1.292
Dívida Líquida	13.146	14.705
Patrimônio Líquido	54.542	52.220
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,24	0,28

24 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Controlador								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento	-	-	7	5	-	-	(21)	(18)
Copel Geração e Transmissão S.A.								
Dividendos	-	-	3.764	2.109	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	9	-	-	-	128	169	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	154	284	-	-	(1.815)	(1.169)
Serviços de engenharia do proprietário	-	-	49	-	-	-	(754)	-
Compartilhamento	-	-	38	9	-	-	(59)	(36)
Entidades com influência significativa (a)								
BNDES e BNDESPAR								
Financiamentos (NE nº 13)	-	-	19.240	22.195	-	-	(1.308)	(1.732)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Rede básica e de conexão	320	358	-	-	3.451	3.934	-	-
Compartilhamento	-	-	21	25	-	-	(76)	(87)
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	4	-	-	-	36	-	-	-
UEGA								
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	1	1	-	-	11	14	-	-
Eólicas (b)								
Compartilhamento	-	-	12	-	-	-	-	-
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	1	1	-	-	12	12	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(107)	(565)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(25)	(109)

(a) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

25 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2022	129.918
Riscos Nomeados	08.03.2022	16.056

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2020, de R\$ 5,1967.



Tel.: + 55 41 3244 0301

Fax: + 55 41 3244 0302

www.bdo.com.br

Avenida Silva Jardim, 2042, 2º andar,

Batel - Curitiba, PR

Brasil 80250-200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas da
Costa Oeste Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Curitiba- PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Costa Oeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Costa Oeste Transmissora de Energia Elétrica S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Costa Oeste Transmissora de Energia Elétrica S.A.** a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria datado de 22 de maio de 2020 sem modificações.

Demonstrações contábeis societárias

A **Costa Oeste Transmissora de Energia Elétrica S.A.** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre as quais, emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 09 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR

Em atendimento à Resolução Normativa nº 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estão disponíveis no site da Copel www.copel.com, desde 09.04.2021 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias estarão disponíveis a partir de 30.04.2021.
